crimes descritos nos artigos 121, § 2º, inciso I, III e IV e 121, § 2º, inciso I, III e IV c/c 14, II e artigo 35 da Lei 11.343/06, na forma do artigo 69 do C.P. Segundo se extrai dos documentos que instruem o writ, o Paciente - Policial Militar, em companhia de ações e desígnios com um comparsa ainda não identificado, e a mando do chefe do tráfico de drogas na Comunidade, subjugada pela facção criminosa Terceiro Comando e com o planejamento de um dos seus "braço-direito", atraiu a vítima Glória até o local, após enviar mensagem pelo aplicativo "Whatsapp". Quando a vítima e seu filho Lucas chegaram, o Paciente estava no interior do veículo Hyundai/HB20, com um comparsa não identificado e, após a vítima Glória tentar empreender fuga, efetuou disparos de arma de fogo contra eles, causando as lesões corporais que foram causa suficiente da morte de Glória e as lesões em Lucas, que não lhe causaram a morte em razão do pronto atendimento médico recebido. Consta ainda que o Paciente seria o responsável pelo recebimento semanal de "propinas" pagas pela facção criminosa Terceiro Comando, para serem distribuídas aos policiais do 16º BPM, com o fito de evitar que estes combatam o tráfico de drogas na região e permitam a circulação e ou realização dos serviços ilegais prestados pela facção criminosa, como transporte alternativo, venda de gás e do "gatonet", entre outros". 2) A rigor, impossível discordar do entendimento esposado pelo juízo impetrado quanto à necessidade da medida extrema, tendo em conta as circunstâncias concretas das práticas delitivas, a relevar alto grau de periculosidade do Paciente, diante da gravidade concreta das condutas que lhe são imputadas. Precedentes. 3) Não se considera ausente de fundamentação a decisão que se reporta aos fundamentos lançados no momento da imposição da custódia, sendo admitida pela jurisprudência a técnica da fundamentação per relationem. Precedentes. 4) Tampouco se mostra suficiente e eficaz à espécie a imposição das medidas cautelares diversas da prisão, previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei nº 12.403/2011, diante da justificada e imprescindível segregação cautelar, dada a gravidade diferenciada das infrações denunciadas, evidenciando que providências mais brandas não seriam suficientes para o acautelamento da ordem pública. 5) A presença de condições subjetivas favoráveis ao Paciente, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, não constituem, por si só, obstáculos para a conservação da prisão cautelar, desde que configurados os requisitos legais, conforme pacífica jurisprudência. 6) Historiada a marcha processual, vale ponderar que eventual retardo deve ser examinado, à luz do princípio da razoabilidade, tomando-se como premissa a diligência do magistrado na condução do feito, e não com base em meros cálculos aritméticos. Na espécie, a delonga pontual experimentada encontra-se justificada, até o momento. Cuida-se os autos, notoriamente, de feito complexo, o que se extrai, não só em razão dos crimes aqui em apuração, mas também das dificuldades em localizar e prender os demais corréus, que não foram localizados, sendo necessárias a expedições de novas diligências para a sua localização, tais como a expedição de Cartas Precatórias para serem cumpridas em Comarcas distintas, algumas sendo devolvidas sem cumprimento, acarretando a expedição de novos ofícios para a localização, além de ter sido necessária a expedição de mandado de busca e apreensão de Apensos que, embora requisitados não foram remetidos pela Autoridade Policial, o que, indubitavelmente, justificam uma maior demora experimentada na marcha processual. Constrangimento ilegal não configurado. Ordem denegada. Conclusões: Por unanimidade de votos, denegaram a ordem, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes à Sessão de Julgamento os Drs. Marcio Mothé e Claudia Baldan Cabral dos Santos, Procuradores de Justiça e a Dra. Katia Varela Mello, Defensora Pública e fez uso da palavra o Dr. Leonardo Cardoso de Castro Dickinson.

012. HABEAS CORPUS 0073510-51.2017.8.19.0000 Assunto: Ameaça / Crimes contra a liberdade pessoal / DIREITO PENAL Origem: MARICA J VIO E ESP ADJ CRIM Ação: 0022694-53.2017.8.19.0004 Protocolo: 3204/2017.00716724 - IMPTE: SIGILOSO PACIENTE: SIGILOSO AUT.COATORA: SIGILOSO Relator: DES. SUIMEI MEIRA CAVALIERI Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública Ementa: EM SEGREDO DE JUSTIÇA Conclusões: EM SEGREDO DE JUSTIÇA

013. HABEAS CORPUS 0073851-77.2017.8.19.0000 Assunto: Frequência a Curso / Saída Temporária / Pena Privativa de Liberdade / Execução Penal / DIREITO PROCESSUAL PENAL Origem: CAPITAL VARA DE EXEC PENAS Ação: 0265873-62.2017.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00719591 - IMPTE: EVERTON WINTER DA SILVA OAB/RJ-134529 PACIENTE: JEISON RODRIGUES CAVALIERI AUT.COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAS Relator: DES. SUIMEI MEIRA CAVALIERI Funciona: Ministério Público Ementa: HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA APRECIÇÃO DO PEDIDO DE VISITA PERIÓDICA AO LAR. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Paciente que possui em trâmite na VEP uma CES relativa à condenação definitiva pela prática do crime previsto no artigo 157, caput, (2x), n/f do art. 71, ambos do Código Penal, à pena de 04 anos e 04 meses de reclusão, a ser cumprida no regime semiaberto, cujo término está previsto para o dia 26/02/2022. 2. Não existe prazo fixado em lei para a aferição do pedido de visita periódica ao lar, devendo eventual retardo ser examinado à luz do princípio da razoabilidade, tomando-se como premissa a diligência do magistrado na condução do processo. 3. Na espécie, a autoridade impetrada determinou a requisição da instrução completa para análise do pedido, fixando o prazo de 30 dias e, em caso negativo, que fosse expedido MBA dos documentos com posterior remessa ao parquet. 4. Desse modo, não há se falar em excesso de prazo se a autoridade impetrada vem tomando as providências necessárias e inerentes ao regular andamento do processo, devendo, também, ser ponderado o grande volume de processos que tramitam na vara de execuções, não havendo que se imputar desídia ao magistrado, cuja análise acerca do benefício ora se avizinha, razão pela qual é descabido falar-se em inércia. Saliente-se, ademais, que o cálculo de pena demonstra que o paciente ainda não atingiu o requisito objetivo (art. 123, II, da LEP), o que é admitido pelo próprio impetrante, não sendo o writ instruído com qualquer documento relativo aos requisitos subjetivos exigidos. 5. Noutra giro, tem-se que o Pretório Excelso, quando do julgamento do HC 102773/RJ, asseverou que o cumprimento de pena no regime semiaberto não traz como consequência automática a concessão de autorizações de saídas em qualquer de suas modalidades - permissão de saída ou saída temporária-, figurando, tal circunstância apenas como pressuposto objetivo à avaliação da outorga do benefício. 6. A competência para análise e concessão dos benefícios em sede de execução penal é do Juízo da Vara de Execuções Penais, não se podendo impor a concessão do benefício pretendido diretamente nesta Instância Revisora, sob pena de violação ao princípio do juiz natural. Constrangimento ilegal não configurado. Ordem denegada. Conclusões: Por unanimidade de votos, denegaram a ordem, nos termos do voto da Relatora. Estiveram presentes à Sessão de Julgamento os Drs. Marcio Mothé e Claudia Baldan Cabral dos Santos, Procuradores de Justiça e a Dra. Katia Varela Mello, Defensora Pública.

014. HABEAS CORPUS 0074039-70.2017.8.19.0000 Assunto: Tráfico de Drogas e Condutas Afins / Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas / Crimes Previstos na Legislação Extravagante / DIREITO PENAL Origem: CAMPOS DOS GOYTACAZES - CENTRAL DE AUDIEN CUSTODIA Ação: 0035704-37.2017.8.19.0014 Protocolo: 3204/2017.00720884 - IMPTE: ISABELA MONTEIRO MENEZES (DP/ 969.620-4) PACIENTE: TAILANDERSON DE JESUS SANTOS AUT.COATORA: 3ª VARA CRIMINAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES Relator: DES. CARLOS EDUARDO ROBOREDO Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública Ementa: Habeas corpus. Conversão de APF em preventiva. Imputação do delito de tráfico de drogas (art. 33 da Lei 11.343/06). Writ que questiona, em síntese, a fundamentação do decreto prisional, seus requisitos legais, tecendo sutis considerações sobre o mérito da imputação acusatória, além de invocar atributos pessoais do Paciente. Mérito, relacionado aos tópicos passíveis de impugnação via HC, que se resolve em desfavor da impetração. Impossibilidade manifesta de discussão antecipada do mérito da ação principal em sede de